

ANEXO I - METAS FISCAIS

Município de DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / RCL)
		x 100	x 100			x 100	x 100			x 100	x 100	
Receita Total (arrecadação)	24.919.008,83		23.979.030,82									
Receitas Primárias (I)	22.946.520,54		24.796.762,89									
Receitas Primárias Correntes	22.445.039,54		24.314.198,42									
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.381.619,13		1.329.502,62									
Transferências Correntes	20.849.566,41		20.063.093,16									
Demais Receitas Primárias Correntes	213.854,00		205.787,14									
Receitas Primárias de Capital	501.481,00		482.564,47									
Despesa Total (pagamento)	23.885.695,87		22.984.695,80									
Despesas Primárias (II)	22.759.792,19		21.901.262,69									
Despesas Primárias Correntes	19.262.138,69		18.535.545,31									
Pessoal e Encargos Sociais	12.785.503,17		12.303.217,06									
Outras Despesas Correntes	6.476.635,52		6.232.328,25									
Despesas Primárias de Capital	1.248.741,96		1.201.637,76									
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	2.248.911,54		2.164.079,62									
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	186.728,35		2.895.500,20									
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.605.407,70		2.507.128,27									
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-2.416.713,72		-2.325.552,08									
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	-367.948,22		-354.068,72									

FONTE: Setor de Contabilidade.

NOTA 1: A elaboração desse demonstrativo seguiu a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não foram consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo do Resultado Primário acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo do Resultado Primário abaixo da linha.

NOTA 2: Conforme consta na página 73 da 13ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, **não se aplica nesse demonstrativo a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.**

Nota 3: foi considerada a projeção da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento, ou seja, após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 1º, art. 166-A da CF.

Premissas e Metodologia UtilizadaS:

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2020, 2021 e 2022) e os valores reestimados para o exercício atual (2023), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação e o crescimento do PIB,

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Quanto aos investimentos considerou-se os valores constantes nas metas e prioridades nas ações relacionadas a investimentos.

3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As **Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limites para os Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais

acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 1,28%, 1,81% e 1,90% e das taxas de inflação (IPCA), de 3,92%, 3,60% e 3,50%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 07/07/2023.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 1.447/2022. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2024. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada, utilizou-se, como parâmetro de correção a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, 3,92%, 3,60% e 3,50%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 07/07/2023.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração o saldo existente em 30/06/2023.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2024, consideradas todas as fontes de recursos é de R\$ 24.919.008,83, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 472.488,29), das resultantes de Operações de Crédito (R\$1.500.000,00), das Alienações de Investimentos (R\$0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$0,00), resultam numa Receita Primária de R\$ 22.946.520,54.

9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em R\$ 23.885.695,87. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 684.574,27, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$0,00 a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 441.329,41, tem-se que as despesas primárias para 2024 foram previstas em R\$ 22.759.792,199. A tabela 02 evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.

9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2024 que foi inicialmente prevista em R\$ 186.728,35 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconómicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados

Município de DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RECEITAS E DESPESAS ESPECÍFICAS DO RPPS
 2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026				
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	
	Corrente	Constante	(a / PIB)	(a / RCL)	Corrente	Constante	(b / PIB)	(b / RCL)	Corrente	Constante	(c / PIB)	(c / RCL)	
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100	
Receita Total - RPPS	3.857.860,22	3.712.336,63			17,47%	4.053.705,50	3.765.245,52		17,51%	4.258.503,40	3.821.710,24		
Receitas Primárias do RPPS (I)	2.049.158,05	1.971.861,10			9,28%	2.145.973,99	1.993.267,39		9,27%	2.246.485,75	2.016.064,51		
Despesa Total - RPPS	1.257.370,81	1.209.941,12			5,69%	1.343.728,28	1.248.109,14		5,80%	1.433.999,20	1.286.914,42		
Despesas Primárias do RPPS (II)	1.257.370,81	1.209.941,12			5,69%	1.343.728,28	1.248.109,14		5,80%	1.433.999,20	1.286.914,42		
Resultado Primário (DO RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	791.787,24	761.919,98	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª		3,59%	802.245,71	745.158,24	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª		3,47%	812.486,55	729.150,10	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª
													17,56%
													9,26%
													5,91%
													5,91%
													3,35%

FONTE: Setor de Contabilidade.

Nota 1: este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais.

Nota 2: Conforme consta na página 73 da 13ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, **não se aplica nesse demonstrativo a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.**

Nota 3: foi considerada a projeção da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento, ou seja, após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 1º, art. 166-A da CF.

Município de DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
 2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em	% PIB	% RCL	Metas Realizadas	% PIB	% RCL	Variação	
	2022			em 2022			Valor	%
	(a)			(b)			(c) = (b-a)	(c/a) x 100
Receita Total (Arrecadação)	15.500.000,00	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª	#DIV/0!	22.785.132,12	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª	#DIV/0!	7.285.132,12	47,00%
Receitas Primárias (I)	15.470.120,00		#DIV/0!	22.283.460,52		#DIV/0!	6.813.340,52	44,04%
Despesa Total (Pagamentos)	14.600.000,00		#DIV/0!	20.181.337,74		#DIV/0!	5.581.337,74	38,23%
Despesas Primárias (II)	14.357.000,00		#DIV/0!	19.905.828,24		#DIV/0!	5.548.828,24	38,65%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	1.113.120,00		#DIV/0!	2.377.632,28		#DIV/0!	1.264.512,28	113,60%
Dívida Pública Consolidada (DC)	-		#DIV/0!	2.634.563,08		#DIV/0!	2.634.563,08	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-		#DIV/0!	-2.754.528,14		#DIV/0!	-2.754.528,14	#DIV/0!
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00		#DIV/0!	550.701,59		#DIV/0!	550.701,59	#DIV/0!

FONTE: Setor de Contabilidade.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Parâmetros	Valor Previsto 2022	Valor Realizado 2022
PIB nominal		
Receita Corrente Líquida - RCL		

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2022), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Não preenchido todo o anexo, pois no ano de 2022 não foi elaborado as metas fiscais na LDO, portanto, não há como obter os valores previstos para realizar o comparativo.

Município de DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2024

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	14.820.000,00	15.500.000,00	4,59%	19.650.000,00	26,77%	24.919.008,83	26,81%	24.114.277,79	-3,23%	25.237.981,99	4,66%
Receitas Primárias (I)	14.534.178,00	15.470.120,00	6,44%	19.348.660,00	25,07%	22.946.520,54	18,59%	23.615.920,01	2,92%	24.712.381,48	4,64%
Despesa Total	14.820.000,00	15.500.000,00	4,59%	19.650.000,00	26,77%	23.885.695,87	21,56%	23.881.257,00	-0,02%	25.557.830,60	7,02%
Despesas Primárias (II)	14.511.000,00	15.053.147,07	3,74%	18.869.414,54	25,35%	22.759.792,19	20,62%	22.766.519,76	0,03%	24.501.706,81	7,62%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	23.178,00	416.972,93	1699,00%	479.245,46	14,93%	186.728,35	-61,04%	849.400,25	354,89%	210.674,67	-75,20%
Dívida Pública Consolidada (DC)		0,00	#DIV/0!	1.026.311,84	#DIV/0!	2.605.407,70	153,86%	2.605.407,70	0,00%	2.595.689,23	-0,37%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)		0,00	#DIV/0!	-1.971.101,65	#DIV/0!	-2.416.713,72	22,61%	-2.406.669,12	-0,42%	-2.290.716,11	-4,82%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		0,00	#DIV/0!	-1.971.101,65	#DIV/0!	-367.948,22	-81,33%	10.044,60	-102,73%	115.953,01	1054,38%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
Receita Total	16.457.290,48	16.271.900,00	-1,13%	19.650.000,00	20,76%	23.979.030,82	22,03%	22.398.315,93	-6,59%	22.649.331,22	1,12%	
Receitas Primárias (I)	16.139.891,31	16.240.531,98	0,62%	19.348.660,00	19,14%	24.796.762,89	28,16%	21.935.421,08	-11,54%	22.177.641,37	1,10%	
Despesa Total	16.457.290,48	16.271.900,00	-1,13%	19.650.000,00	20,76%	22.984.695,80	16,97%	22.181.876,80	-3,49%	22.936.373,07	3,40%	
Despesas Primárias (II)	16.114.152,64	15.802.793,79	-1,93%	18.869.414,54	19,41%	21.901.262,69	16,07%	21.146.463,80	-3,45%	21.988.575,52	3,98%	
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I - II)	25.738,67	437.738,18	1600,70%	479.245,46	9,48%	2.895.500,20	504,18%	788.957,28	-72,75%	189.065,85	-76,04%	
Dívida Pública Consolidada (DC)	0,00	0,00	#DIV/0!	1.026.311,84	#DIV/0!	2.507.128,27	144,29%	2.420.007,98	-3,47%	2.329.450,32	-3,74%	
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	0,00	0,00	#DIV/0!	-1.971.101,65	#DIV/0!	-2.325.552,08	17,98%	-2.235.411,56	-3,88%	-2.055.758,18	-8,04%	
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha		0,00	0,00	#DIV/0!	-1.971.101,65	#DIV/0!	-354.068,72	-82,04%	9.329,83	-102,64%	104.059,75	1015,34%

FONTE: Setor de Contabilidade.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Conforme o Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, o objetivo do Demonstrativo é **dar transparéncia às informações sobre as metas fiscais dos três exercícios anteriores e dos três exercícios seguintes, para uma melhor avaliação da política fiscal , de forma a permitir a análise da política fiscal em uma linha do tempo, combinando execução passada e perspectivas futuras, validando a consistência dessas últimas.** Assim, são demonstradas as metas fiscais previstas para o exercício da LDO (2024), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2021, 2022 e 2023), bem como para os dois seguintes (2025 e 2026), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2021, 2022 e 2023 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida de 2023 foram extraídos dos anexos de metas fiscais da respectiva LDO, já os de 2021 e 2022 não foram preenchidos pois os anexos de metas fiscais não foram realizados .Já em relação às previsões para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
Evolução do Patrimônio Líquido
 Exercício de 2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	24.203.897,03	86,77%	17.949.526,12	74,16%	12.544.859,83	69,89%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	6.344.113,89	22,74%	6.504.370,91	26,87%	1.963.010,18	10,94%
Ajustes de Exerc. Anteriores	(2.652.926,21)	-9,51%	(250.000,00)	-1,03%	3.441.656,11	19,17%
TOTAL	27.895.084,71	100,00%	24.203.897,03	100,00%	17.949.526,12	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	1.090.704,56	-58,61%	1.931.255,26	177,06%	3.038.704,11	157,34%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	(5.535.837,19)	297,46%	757.195,53	69,42%	1.803.726,05	93,40%
Ajustes de Exerc. Anteriores	2.584.076,83	-138,85%	(1.597.746,23)	-146,49%	(2.911.174,90)	-150,74%
TOTAL	(1.861.055,80)	100,00%	1.090.704,56	100,00%	1.931.255,26	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	25.294.601,59	97,16%	19.880.781,38	78,60%	15.583.563,94	78,39%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	808.276,70	3,10%	7.261.566,44	28,71%	3.766.736,23	18,95%
Ajustes de Exerc. Anteriores	(68.849,38)	-0,26%	(1.847.746,23)	-7,30%	530.481,21	2,67%
TOTAL	26.034.028,91	100,00%	25.294.601,59	100,00%	19.880.781,38	100,00%

Fonte: Setor de Contabilidade

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2020, 2021 e 2022), para fins do disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", **foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores**, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que a Administração Direta do Município, bem como as Autarquias e as Fundações Públicas, seguem as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 23/1997, está sobre a gestão do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor - FAPS, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2020 a 2022, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 19.880.781,38 em 31.12.2020 para R\$ 26.034.028,91 em 31.12.2022.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2022 com superávit patrimonial, cujo principal fator foi R\$ 808.276,70.

Município de DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

	2022	2021	2020
RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2019			15.810,97
RECEITAS DE CAPITAL	124.300,00		148.530,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	124.300,00		148.530,00
Alienação de Bens Móveis	124.300,00		148.530,00
Alienação de Bens Imóveis	-		-
Alienação de Bens Intangíveis	-		-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienação de Bens	4.953,11		1,61
TOTAL	129.253,11	-	164.342,58

DESPESAS EXECUTADAS	2022	2021	2020
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL		5.786,48	157.689,27
Investimentos		5.786,48	157.689,27
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	-	5.786,48	157.689,27
SALDO FINANCEIRO	130.119,94	866,83	6.653,31

Fonte: Setor de Contabilidade

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2020, 2021 e 2022).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (I)	3.343.898,37	2.229.398,20	3.392.790,88
Receita de Contribuições dos Segurados	681.661,75	574.356,71	556.973,84
Civil	681.661,75	574.356,71	556.973,84
Ativo	681.661,75	574.356,71	556.973,84
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	576.886,85	986.462,20	1.068.341,02
Civil	576.886,85	986.462,20	1.068.341,02
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial	2.085.349,77	668.579,29	1.767.476,02
Receitas Imobiliárias	2.085.349,77	668.579,29	1.767.476,02
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			

Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II) ¹			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	3.343.898,37	2.229.398,20	3.392.790,88

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
Benefícios - Civil	540.056,24	697.679,14	982.419,96
Aposentadorias	446.221,59	603.844,49	912.278,60
Pensões	93.834,65	93.834,65	70.141,36
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	540.056,24	697.679,14	982.419,96

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²	2.803.842,13	1.531.719,06	2.410.370,92
---	---------------------	---------------------	---------------------

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2020	2021	2022
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2020	2021	2022
VALOR			

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2020	2021	2022
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	205.321,02	219.379,92	295.442,25
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS	2020	2021	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	125.770,99	208.839,83	17.240.218,10

Investimentos e Aplicações	19.177.849,49	14.712.502,71	
Outro Bens e Direitos	0,00	344.551,14	2.256.970,15

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			

TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IX) = (VII + VIII)				
--	--	--	--	--

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2020	2021	2022
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX – X)²			
---	--	--	--

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	2020	2021	2022
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2021	2022
RECEITAS CORRENTES			
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)			

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2020	2021	2022
DESPESAS CORRENTES (XIII)		43.120,93	36.313,37
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)		2.950,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)		46.070,93	36.313,37

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)			
---	--	--	--

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	PLANO PREVIDENCIARIO			
	Receitas Previdenciária s	Despesas Previdenciária s	Resultado Previdenciário	Saldo Financeiro do Exercício
	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d Exercício)

2023	2.534.210,43	1.028.336,26	1.505.874,17	21.300.911,35
2024	2.684.061,19	1.017.629,19	1.666.431,99	22.967.343,34
2025	2.843.922,67	1.006.143,94	1.837.778,73	24.805.122,08
2026	2.879.988,59	1.772.413,07	1.107.575,52	25.912.697,60
2027	3.008.589,38	1.789.927,11	1.218.662,27	27.131.359,87
2028	3.137.513,69	1.829.796,09	1.307.717,61	28.439.077,47
2029	3.251.111,97	1.972.997,93	1.278.114,05	29.717.191,52
2030	3.368.572,14	2.207.435,20	1.161.136,94	30.878.328,46
2031	3.436.558,61	2.283.657,76	1.152.900,85	32.031.229,31
2032	3.452.532,59	2.666.251,61	786.280,98	32.817.510,29
2033	3.489.793,32	2.796.081,97	693.711,35	33.511.221,64
2034	3.501.090,56	3.052.283,99	448.806,58	33.960.028,22
2035	3.519.787,79	3.161.027,02	358.760,77	34.318.788,99
2036	3.535.591,28	3.256.740,21	278.851,07	34.597.640,05
2037	3.542.943,91	3.356.494,58	186.449,33	34.784.089,38
2038	3.529.226,78	3.530.333,33	-1.106,55	34.782.982,83
2039	3.516.727,06	3.624.435,35	-107.708,30	34.675.274,53
2040	3.520.758,13	3.604.004,34	-83.246,22	34.592.028,32
2041	3.511.136,84	3.649.453,32	-138.316,47	34.453.711,85
2042	3.508.101,14	3.628.831,35	-120.730,20	34.332.981,64
2043	3.474.207,07	3.754.683,65	-280.476,58	34.052.505,06
2044	3.433.767,01	3.880.209,14	-446.442,13	33.606.062,93
2045	3.398.403,96	3.927.400,64	-528.996,68	33.077.066,25
2046	3.372.453,70	3.900.644,01	-528.190,31	32.548.875,94
2047	3.305.699,58	4.051.340,39	-745.640,81	31.803.235,13
2048	3.267.499,36	4.000.882,82	-733.383,45	31.069.851,68
2049	3.248.874,11	3.854.547,65	-605.673,54	30.464.178,13
2050	3.215.509,31	3.809.894,41	-594.385,10	29.869.793,03
2051	3.204.838,10	3.654.980,24	-450.142,14	29.419.650,89
2052	1.771.780,87	3.540.613,62	-1.768.832,75	27.650.818,14
2053	1.668.896,92	3.379.779,10	-1.710.882,18	25.939.935,96
2054	1.568.886,49	3.217.111,59	-1.648.225,10	24.291.710,87
2055	1.472.027,37	3.053.096,35	-1.581.068,98	22.710.641,88
2056	1.378.593,17	2.888.313,08	-1.509.719,92	21.200.921,97
2057	1.288.836,15	2.723.262,76	-1.434.426,61	19.766.495,36
2058	1.203.003,50	2.558.557,66	-1.355.554,17	18.410.941,19
2059	1.121.328,86	2.394.887,22	-1.273.558,36	17.137.382,83
2060	1.044.022,93	2.232.949,93	-1.188.927,00	15.948.455,83
2061	971.276,27	2.073.518,02	-1.102.241,74	14.846.214,09
2062	903.241,22	1.917.247,61	-1.014.006,39	13.832.207,70
2063	840.048,38	1.764.857,38	-924.809,01	12.907.398,69
2064	781.786,26	1.616.900,15	-835.113,89	12.072.284,80
2065	728.510,94	1.473.808,44	-745.297,49	11.326.987,30

2066	680.262,71	1.336.068,16	-655.805,45	10.671.181,85
2067	637.059,14	1.204.170,30	-567.111,16	10.104.070,69
2068	598.894,14	1.078.618,25	-479.724,11	9.624.346,59
2069	565.732,46	959.875,87	-394.143,41	9.230.203,18
2070	537.511,15	848.380,30	-310.869,15	8.919.334,03
2071	514.135,43	744.484,69	-230.349,26	8.688.984,77
2072	495.477,57	648.402,31	-152.924,73	8.536.060,03
2073	481.380,63	560.181,74	-78.801,11	8.457.258,92
2074	471.668,15	479.744,81	-8.076,66	8.449.182,26
2075	466.154,52	406.955,35	59.199,16	8.508.381,42
2076	464.649,70	341.650,55	122.999,15	8.631.380,57
2077	466.955,55	283.571,91	183.383,64	8.814.764,21
2078	472.869,15	232.348,10	240.521,05	9.055.285,26
2079	482.197,77	187.628,46	294.569,31	9.349.854,57
2080	494.759,17	149.095,73	345.663,44	9.695.518,01
2081	510.373,25	116.363,09	394.010,16	10.089.528,17
2082	528.866,18	88.980,35	439.885,84	10.529.414,01
2083	550.077,28	66.480,52	483.596,76	11.013.010,77
2084	573.862,16	48.402,92	525.459,25	11.538.470,02
2085	600.089,66	34.241,56	565.848,10	12.104.318,11
2086	628.643,09	23.420,11	605.222,97	12.709.541,09
2087	659.430,10	15.369,63	644.060,47	13.353.601,56
2088	692.384,57	9.543,01	682.841,56	14.036.443,12
2089	727.469,80	5.457,76	722.012,03	14.758.455,15
2090	764.681,91	2.770,52	761.911,39	15.520.366,55
2091	804.038,87	1.198,28	802.840,59	16.323.207,14
2092	845.571,63	421,47	845.150,16	17.168.357,30
2093	889.328,66	110,75	889.217,91	18.057.575,21
2094	935.383,64	17,83	935.365,81	18.992.941,02
2095	983.834,43	1,15	983.833,28	19.976.774,29
2096	1.034.796,91	0,01	1.034.796,90	21.011.571,20
2097	1.088.399,39	0	1.088.399,39	22.099.970,58

EXERCÍCIO	PLANO FINANCEIRO		Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício)
	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)		

FONTE: Setor de Contabilidade.

NOTA:

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração.

2 O resultado previdenciário poderá ser apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre).

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS. O objetivo principal é dar transparência à situação financeira e atuarial do RPPS para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro, ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2019, 2021 e 2021; e

b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre do exercício de 2021.

Município de DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
IPTU	DESCONTO 50%	Todos Contribuintes	23.736,00	24.590,50	25.451,16	Vide Obsevação
IPTU	ISENÇÃO	Beneficiarios enquadrados no art. 55 da Lei 123/98- Viuvo-baixa renda-entidades s/ fins lucrativos-aposentados-viudo.	5.366,40	5.559,59	5.754,18	abaixo
		REMISSÃO	Baixa Renda	10.000,00	10.360,00	10.722,60
ALVARÁ	DESCONTO 20%	Todos Contribuintes	6.500,00	6.734,00	6.969,69	
ISS-FIXO	DESCONTO 20%	Todos Contribuintes	1.000,00	1.036,00	1.072,26	
MULTA E JUROS	REFIS 2023	Todos Contribuintes	6.000,00	6.216,00	6.433,56	
TOTAL			52.602,40	54.496,09	56.403,45	-

Fonte: Setor de Arrecadação

Nota 1: Os valores da renúncia para 2024 foram previstos de acordo com informações da Administração Tributária do Poder Executivo.

2 - Os valores da renúncia projetados para 2025 e 2026, foram calculados a partir dos valores de 2024 aplicando-se, sobre eles, as projeções de

Inflação para 2025:	3,60%
Inflação para 2026:	3,50%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os valores serão objeto de renúncia fiscal de receita nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que visa, entre outros objetivos, fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atrair novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que têm objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas no Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)	R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2024
Aumento Permanente da Receita	(1.126.725,40)
Decorrente de Receitas Tributárias	(92.637,24)
Decorrente de Transferências Correntes	(1.034.088,16)
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	151.702,30
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	(975.023,10)
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	(975.023,10)
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	-
Novas DOCC	685.794,66
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	896.508,28
Relativas a Outras Despesas Correntes	(210.713,62)
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	SEM MARGEM

Fonte: Setor de Contabilidade.

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2024 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2023-2024.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2024, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2022-2023 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão. Quando negativo (**SEM MARGEM**), o resultado apresentado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC. **Quando for positivo** é indicativo da possibilidade de criação de novas DOCC.

Município de DOM PEDRO DE ALCÂNTARA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2024

Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 18/2021, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	2026
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias e recursos do RPPS)	26.681.522,10	27.957.850,40	29.270.248,88
II - DEDUÇÕES			
Deduções da Receita Corrente	3.800.967,88	3.976.602,21	4.156.342,32
Outras deduções	302.016,00	312.888,58	323.839,68
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA (I-II+III)	22.578.538,22	23.668.359,62	24.790.066,89
(-) Recursos de Emendas Parlamentares Individuais (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3110)	500.000,00	518.000,00	536.130,00
V - Receita Corrente Líquida para Fins de Endividamento	22.078.538,22	23.150.359,62	24.253.936,89
(-) Recursos de Emendas Parlamentares de Bancada (código de natureza 1.7.1.0.00.00.00 com complemento de vínculo 3120)		-	-
VI - Receita Corrente Líquida p/Despesas com Pessoal	22.078.538,22	23.150.359,62	24.253.936,89